

## PARECER TÉCNICO DO CONTROLE INTERNO

**SOLICITANTE:** COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

**PROCESSO:** DISPENSA Nº 011/2021.

**OBJETO DO PROCESSO:** LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL O QUAL SE DESTINARÁ PARA O FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA.

**ASSUNTO:** 5º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 028/2021/CPL

### DA COMPETÊNCIA

A competência e finalidade do Controle Interno estão prevista no art. 74 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que dispõe dentre outras competências: realização de acompanhamento, levantamento, inspeção e auditoria nos sistemas administrativo, contábil, financeiro, patrimonial e operacional relativo às atividades próprias do ente federado, com vistas a verificar a legalidade de atos de gestão pela execução orçamentária, financeira e patrimonial, além de avaliar seus resultados quanto à legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Nos termos da Resolução Administrativa nº 11.410/TCM-PA, de 25/02/2014, além do disposto no §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº 11.535/TCM-PA, de 01/07/2014, segundo as quais, em virtude do processo licitatório implicar em realização de despesa, resta configurada a competência desta Coordenação de Controle Interno para análise e manifestação.

### INTRODUÇÃO

O processo acima já mencionado foi encaminhado a esta Controladoria Municipal para emissão de parecer quanto à legalidade e demais formalidades administrativas quanto da elaboração do **5º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 028/2021/CPL, DA DISPENSA Nº 011/2021, CELEBRADOS COM O (A) SENHOR (A) ALBANA SOARES FERREIRA** cujo objeto acima mencionado.

A presente solicitação de prorrogação de vigência contratual foi feita pela Secretária Municipal de Administração, ofício nº 642/2025-SEMAD, devidamente encaminhado à Comissão Permanente de Licitação CPL, com as devidas justificativas para a viabilização do termo aditivo.

A sec. encaminhou o ofício nº 640/2024-GS/SEMED/PMV à proprietária do imóvel informando do fim da vigência contratual e solicita manifestação de interesse acerca da prorrogação contratual. A mesma manifestou interesse na prorrogação conforme petição anexa.

O contrato acima mencionado foi celebrado para vigorar originalmente do dia 15 de março de 2021 até o dia 31 de dezembro de 2021. Foram realizados o primeiro, segundo, terceiro e quarto termos aditivos, onde este último prorrogou a vigência até 15 de março de 2025. Com a proximidade do

fim da vigência contratual novamente e mantendo-se a necessidade e o interesse de se continuar com a locação do bem imóvel, a Administração Pública solicita a prorrogação da vigência através do 5º termo aditivo de prazo de vigência contratual em mais doze meses.

A CPL encaminhou os autos do processo licitatório à Procuradoria Jurídica Municipal - PJM para emissão de parecer quanto à legalidade da prorrogação de vigência contratual, onde emitiu parecer favorável da seguinte forma: *"Ante o exposto, conclui-se, salvo melhor juízo, presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise dessa assessoria jurídica, que após atestada a presença de todos os requisitos elencados neste parecer, será juridicamente válida a realização do 5º Termo Aditivo de prazo ao Contrato nº 028/2021 para prorrogar sua vigência por mais 12 (doze) meses, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93"*.

Fora encaminhado despacho ao setor de Contabilidade pedindo informações sobre disponibilidade de crédito orçamentário e indicação das dotações. Tais informações foram dadas com positivas pelo setor contábil conforme memorando nº 101/2025.

Foi solicitado ao gabinete do prefeito declaração de adequação orçamentária e autorização de abertura do 5º termo aditivo de prazo ao contrato. Constam nos autos a declaração de adequação orçamentária ao 5º termo aditivo de prazo e autorização de abertura do 5º termo aditivo de prazo.

Após parecer favorável da Procuradoria Geral e observadas as suas recomendações, a CPL encaminhou os autos a este Controlador para apreciação e manifestação com a emissão de parecer pertinente.

É o relatório!

### **DA ANÁLISE DO PROCESSO E DISPOSIÇÕES GERAIS**

A Lei de Licitações prescreve que o prazo de duração dos contratos relativos à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, poderá ser prorrogado, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração Pública, limitado ao prazo máximo de 60 (sessenta) meses. Para viabilizar juridicamente esta faculdade, a Administração deve consignar no ato originário do contrato a possibilidade de prorrogação desse prazo.

No presente caso, constata-se que a prorrogação do prazo contratual concretiza o suporte fático da norma contida no art. 57, §1º, da Lei de Licitações assim como o contrato originário em sua cláusula específica admite a prorrogação de prazo submetida à análise, não há óbice ao almejado.

Assim sendo, vale frisar o aspecto vinculativo da minuta, fazendo-se constar no Termo Aditivo a ratifica o de todas as cl usulas e condi oes do contrato em curso.

No que diz respeito   proroga o de contratos, a Lei n  8.666/93, admite tal possibilidade, desde que observadas determinadas situa oes, elencadas no citado normativo legal nos seguintes termos:

Art. 57. A dura o dos contratos regidos por esta Lei ficar  adstrita   vig ncia dos respectivos cr ditos or ament rios, exceto quanto aos relativos:

(...)

**  1  Os prazos de in cio de etapas de execu o, de conclus o e de entrega admitem proroga o,** mantidas as demais cl usulas do contrato e assegurada a manuten o de seu equil brio econ mico-financeiro,

(...)

**  2  Toda proroga o de prazo dever  ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato".**

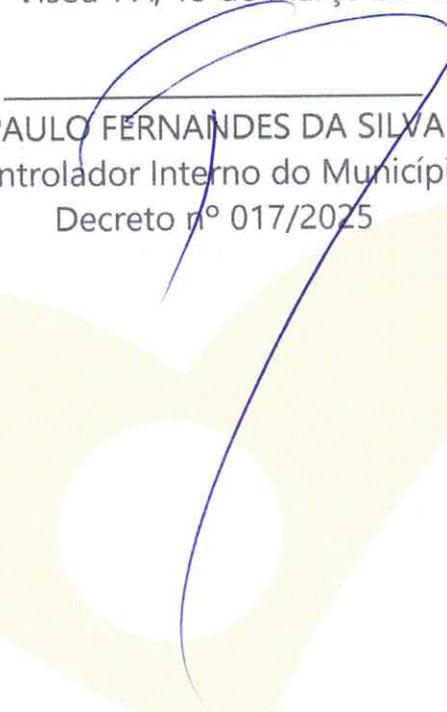
A dila o contratual buscada encontra-se devidamente justificada e autorizada pela autoridade competente para assinar o ajuste, em conformidade com o previsto no art. 57,   2  da Lei 8.666/93.

### **CONCLUS O**

Diante de todo exposto, esta Controladoria Geral Municipal opina pela possibilidade de formaliza o do **5  TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N  028/2021/CPL, DA DISPENSA N  011/2021, CELEBRADOS COM O (A) SENHOR (A) ALBANA SOARES FERREIRA**, desde que observadas  s recomenda oes contidas no parecer jur dico da Procuradoria Geral e as seguintes: I) Formaliza o do procedimento nos mesmos autos do processo administrativo de contrata o; II) Manifesta o de interesse da contratada em prorrogar a vig ncia contratual; III) Justificativa t cnica para a realiza o do termo aditivo de prazo; IV) Verifica o da situa o de regularidade junto  s Fazendas P blicas Federal, Estadual e Municipal; V) Comprova o de exist ncia de disponibilidade or ament ria para cobertura da despesa; VI) Autoriza o da autoridade competente de que trata O   2  do artigo 57 da Lei 8.666/1993; VII) Necessidade de que haja a an lise quanto ao cumprimento e correta execu o do contrato at  o momento; VIII) Necessidade de renova o da

garantia, se houver previsão contratual ou em edital; IX) Formalização do ajuste e Publicação no D.O.U. No Portal dos Jurisdicionados do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – TCM/PA.

Viseu-PA, 15 de março de 2025.

  
\_\_\_\_\_  
PAULO FERNANDES DA SILVA  
Controlador Interno do Município  
Decreto nº 017/2025